
O processo de ensino aprendizagem dos deficientes visuais em duas escolas públicas do ensino fundamental, na zona urbana do município de Benjamin Constant/AM

Deissiane Lima Andrade¹
Maria Francisca Nunes de Souza²

¹Graduada em Pedagogia. Professora da Secretária Estadual de Educação-SEDUC.
Email: deissiane.li@gmail.com

²Docente da Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Mestre em Educação. Email:
mfranci@ufam.edu.br

RESUMO

O trabalho apresenta resultados de um estudo sobre “Educação Inclusiva: a inclusão escolar do discente com Deficiência Visual (DV) no Ensino Fundamental em duas escolas da rede municipal de Benjamin Constant”, com o objetivo de analisar não apenas como está acontecendo a inclusão escolar dos deficientes visuais e como está sendo a acessibilidade na infraestrutura escolar e sua permanência nas escolas públicas municipais, mas também identificar a formação e atuação do docente para trabalhar com os deficientes visuais no ensino regular. O estudo de iniciação científica, o PIBIC, foi embasado nas obras dos seguintes autores: Sá (2007); Mantoan (2008); Alcaciati (2011); Blanco e Duck (1997), Souza (2017) que foram fundamentais para a realização da presente pesquisa. Para a investigação, utilizou-se uma pesquisa de campo, tendo como método a fenomenologia, consistindo em uma abordagem qualitativa. Tendo como técnicas de coleta de dados a observação e a entrevista. Os sujeitos da pesquisa foram os gestores e os professores, que atuam com educandos com deficiência visual. O presente estudo revelou o descaso com os deficientes visuais, pois as escolas não oferecem o atendimento educacional especializado para os deficientes visuais, estrutura física adequada e recursos pedagógicos acessíveis e/ou adaptados que atendam às necessidades básicas de aprendizagem para eles. Ao se tratar da formação, evidenciou-se que alguns professores receberam a disciplina de educação especial na graduação, porém não foi feita uma formação continuada na área e por isso ainda falta conhecimento especializado para uma prática educativa inclusiva com o aluno DV.

Palavras-chave: Acessibilidade. Educação inclusiva. Deficiente visual.

RESUMEN

El trabajo presenta los resultados de un estudio sobre “Educación Inclusiva: la inclusión escolar de alumnos con Discapacidad Visual (DV) en Educación Primaria en dos colegios de la red municipal de Benjamin Constant”, con el objetivo de analizar cómo se está desarrollando la inclusión escolar de las personas con discapacidad visual y cómo se está haciendo la accesibilidad a la infraestructura escolar y su permanencia en las escuelas públicas municipales, también para identificar la formación y desempeño del docente para trabajar con las personas con discapacidad visual en la educación regular. El estudio de iniciación científica, PIBIC, se basó en los trabajos de los siguientes autores: Sá (2007); Mantoan (2008); Alcaciati (2011); Blanco y Duck (1997), Souza (2017). Para la investigación se utilizó una investigación de campo, utilizando como método la fenomenología, consistente en un enfoque cualitativo. Disponer de técnicas de recogida de datos como observación y entrevista. Los sujetos de investigación fueron administradores y profesores, que trabajan con estudiantes con discapacidad visual. El presente estudio reveló un desprecio por las personas con discapacidad visual, ya que las escuelas no ofrecen asistencia educativa especializada para personas con discapacidad visual, una estructura física adecuada y recursos pedagógicos accesibles y / o adaptados que satisfagan sus necesidades básicas de aprendizaje. En lo que se refiere a la formación, se evidenció que algunos docentes recibieron la disciplina de educación especial al egreso, sin embargo no hubo formación continua en el área y por lo tanto aún se carece de conocimientos especializados para una práctica educativa inclusiva con el alumno de DV.

Palabras-clave: Accesibilidad. Educación inclusiva. Deficiente visual.

INTRODUÇÃO

O artigo tem como finalidade apresentar os resultados de uma pesquisa efetuada através do Programa de Iniciação Científica (PIBIC), realizada em duas escolas públicas da sede de Benjamin Constant, no período de julho a setembro de 2017 e maio a julho de 2018, tendo a seguinte questão norteadora: De que forma está acontecendo a inclusão escolar dos deficientes visuais na escola pública?

Nesta perspectiva, a pesquisa teve como objetivo geral analisar de que forma está ocorrendo a educação inclusiva na prática docente dentro do processo de ensino e aprendizagem dos deficientes visuais em duas escolas públicas, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, zona urbana do município de Benjamin Constant. E como objetivos específicos: Averiguar os métodos e técnicas utilizadas pelo docente no processo de ensino e aprendizagem dos discentes com deficiência visual; Detecta se os professores recebem formação continuada e verificar se a infraestrutura é acessível no contexto da inclusão escolar dos deficientes visuais

A escolha do tema se deu na tentativa de entender de que forma está ocorrendo o processo de ensino e aprendizagem dos deficientes visuais nas escolas públicas. Além disso, acredita-se que a problemática tem mérito social, pois os resultados elencados permitirão a possibilidade de subsidiar, tanto para as escolas como para a universidade, uma forma de repensar a organicidade de seus espaços e da formação oferecida para atender as necessidades básicas de aprendizagem dos estudantes com deficiência visual. Vale ressaltar que os resultados do estudo também podem ser relevantes para a academia refletir sobre a formação dos acadêmicos frente à Educação Especial, na ótica da educação inclusiva.

O percurso metodológico desta pesquisa embasou-se no método fenomenológico e na abordagem qualitativa, seguidos do tipo de pesquisa de Campo e Bibliográfica, dando suporte os instrumentos de coleta de dados à observação nas escolas e às entrevistas realizadas com quatro (04) professores e dois

(02) gestores. A pesquisa foi realizada durante o ano de 2017 e 2018.

Para melhor compreensão dos leitores, o artigo foi estruturado da seguinte maneira: primeiramente, nos apropriamos de referencial teórico sobre o processo de ensino e aprendizagem dos alunos com deficiência visual; em seguida, apresentamos ao leitor os caminhos metodológicos, ou seja, a metodologia que esclarece o tipo de pesquisa, abordagem, a concepção e as técnicas selecionadas para captar os resultados sobre a formação de professores; Infraestrutura e Métodos de ensino e; por fim, técnicas utilizadas no processo de ensino e aprendizagem.

1.A INCLUSÃO DOS DEFICIENTES VISUAIS NA ESCOLA E O SEU PROCESSO DE ENSINO E A APRENDIZAGEM

Muitas pessoas acham que educação inclusiva é garantir a matrícula da criança no ensino regular. Conforme a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), incluir não significa apenas enquadrar a criança dentro da sala de aula, mas oferecer a ela mecanismos acessíveis que garantam o processo de ensino e aprendizagem para os deficientes (físico, visual, intelectual, surdo ou múltiplas), sejam eles superdotados/altas habilidades e/ou tenham Transtornos Globais do Desenvolvimento. Oferecer condições correspondentes às necessidades específicas de aprendizagem destes estudantes, requer das instituições de ensino uma reestruturação significativa para o oferecimento de recursos materiais pedagógicos, humanos e arquitetônicos.

Miranda (2012, p. 127) conceitua a inclusão atualmente de acordo com as mudanças nos paradigmas social e educacional. “[...] um novo paradigma social e educacional vem defender uma sociedade mais justa e mais democrática, livre das práticas discriminatórias e segregacionistas[...]”.

De acordo com o autor, a lógica da educação inclusiva defende uma sociedade que prima pelas condições igualitárias, garantindo os seus direitos constitucionais como, por exemplo, ao

ensino de qualidade, com respeito à diversidade e contra qualquer tipo de discriminação. Para Mantoan (2009, p. 1), a inclusão é a garantia do acesso ao ensino e a aceitação pelo outro. Ressalta ainda que “É a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro e, assim ter o privilégio de conviver e compartilhar com as pessoas, sem exceção[...]”. De acordo com a citação acima, devemos primeiramente aceitar as pessoas como elas são e mostrar a elas que apesar das diferenças, todos têm a capacidade de aprender e se adequar ao meio social, principalmente no âmbito escolar, pois sabemos que é no âmbito escolar que se concentra a maior diversidade de pessoas.

Os professores e alunos precisam ser instruídos para incluir e aceitar o outro como eles são, pois só assim o deficiente visual não deixará de ser incluso nas atividades escolares. De acordo com as prerrogativas da Constituição Federal de

1988, no seu art. 205, estabelece que a educação é um direito subjetivo, “[...] dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa [...]” (BRASIL, 1988).

Assim, a educação é um direito de todos, bem com a educação inclusiva. Esta inclusão está respaldada em diferentes textos legais nacionais orientadores do processo de educação inclusiva, dentre eles citamos a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva de educação inclusiva (BRASIL, 2008), a Lei Brasileira de Inclusão (Nº 13.146/2015), Lei 7611/2011 e a Lei da acessibilidade 5692/2004. Estes documentos argumentam sobre o direito à educação inclusiva nas escolas do ensino regular, embora sinalize três necessidades essenciais para incluir qualquer aluno na escola, em específico a pessoa com deficiência visual: 1) da presença de concepções diferentes nas práticas pedagógicas em sala de aula; 2) A formação de professores e 3) infraestrutura escolar adequada para atender a necessidade de todos.

1.1 Formação de professores para atender os

deficientes visuais no processo de ensino aprendizagem

Na escola inclusiva, o processo de aprendizagem de alunos DV precisa acontecer desde a educação infantil, com a finalidade da formação integral promotora da participação autônoma deste aprendiz na vida acadêmica, profissional, social e política. Todavia, para que isso aconteça é necessário que políticas de formação de professores na área sejam efetivadas. Sendo assim, os professores das escolas devem participar de cursos de formação continuada específica de longa ou curta duração que possibilitarão conhecimentos técnicos na produção e manuseio de materiais pedagógicos e recursos específicos acessíveis aos deficientes visuais.

O pesquisador Nascimento (2011) esclarece que o professor que atua nos espaços escolares de educação inclusiva precisa ser preparado para lidar com as diferenças, com a singularidade e a diversidade dos estudantes que são crianças, adolescentes ou jovens. O docente deve renunciar o modelo de pensamento e/ou ensino comum a todas elas, pois os defensores da inclusão escolar acreditam na escola como espaço promotor de aprendizagem e potencialidades e que os alunos com deficiência visual precisam abranger um processo formativo capaz de torná-los um sujeito ativo socialmente.

Por outro lado, ele afirma que a falta de conhecimento das especificidades de cada deficiência pode acarretar práticas pedagógicas geradoras de exclusão dos deficientes visuais. Pimentel (2012) converge com a ideia de que a ausência de informação, por parte do professor, sobre as necessidades básicas de aprendizagem específicas, a ausência de capacidade técnica e teórica, o não reconhecimento das potencialidades destes estudantes e a não flexibilização do currículo, podem ser considerados fatores determinantes para barreiras atitudinais, práticas pedagógicas que sinalizam a exclusão.

Para o professor atuar e cumprir com os desafios da educação inclusiva, ele precisa adquirir uma formação de qualidade para o desenvolvimento de novas metodologias em

sua prática educativa, o que requer conhecimento sobre práticas inclusivas e meios de ensino promotores de produção de conhecimento. Segundo Libâneo (1994, p. 173), meios de ensino “são todos os recursos materiais didáticos e pedagógicos utilizados pelos os alunos para a organização e condução metódica do processo de ensino e aprendizagem”. Deste modo, considera-se que os meios de ensino, neste caso os materiais pedagógicos de alto e baixo custo, são imprescindíveis ao DV no processo de aquisição da aprendizagem.

Segundo Bruce (2015, p. 36), ao citar o Plano Nacional de Educação 2014-2024 (BRASIL, 2014), ressalta algumas estratégias a ser cumpridas e mantidas para a ampliação de programas suplementares pelas escolas promotoras de acessibilidade escolar pública “[...] para pessoas com deficiência por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível e da **disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistida** [...]”.

Na condução do processo de ensino e aprendizagem dos deficientes visuais, os professores precisam saber conhecimentos, características, como se desenvolvem, como aprendem e o que precisa ser potencializado. Além disso, a apropriação por parte do educador sobre esses saberes necessários norteará a construção de práticas pedagógicas inclusivas com a utilização de materiais pedagógicos adequados a cada indivíduo cego ou com baixa visão e/ou visão subnormal.

Neste contexto, o professor precisa estar preparado para atuar na educação inclusiva, devendo ele adquirir uma formação de qualidade para o desenvolvimento de novas metodologias em sua prática educativa, para assim melhor atender os deficientes. No pensamento de Mantoan (2009, p. 38), para que aconteça o sucesso da aprendizagem, devemos reconhecer a necessidade de “explorar talentos, atualizar possibilidades, desenvolver predisposições naturais de cada aluno. As dificuldades e as limitações são reconhecidas, mas não conduzem nem restringem o processo

de ensino, como comumente se deixa que aconteça”.

Segundo Batista (2015, p.55), a formação de professores e a sua qualificação para atender crianças com necessidades educativas especiais devem abranger dois tipos de formação, que são elas: a formação mínima “[...] dos professores do ensino regular para incluírem alunos com NEEs nas salas de aula, e o segundo, a formação especializada nas diferentes NEEs [...]”.

Para atender a educação inclusiva, o professor precisa estar preparado para atuar na rede ensino, devendo ele adquirir uma formação de qualidade para o desenvolvimento de novas metodologias em sua prática educativa, para assim melhor atender os alunos. Dessa forma, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394/96, enfatiza no seu artigo 59 que é dever dos sistemas de ensino assegurar aos educandos com necessidades especiais “III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns”.

Conforme o estabelecido na LDB, as instituições de ensino devem oferecer capacitação para os professores, para assim estarem disponíveis para atuar em qualquer modalidade e cabendo a eles buscar meios para se adequarem ao ensino dos deficientes visuais. Portanto, as escolas como espaços inclusivos, que primam por práticas inclusivas, precisam ofertar formação continuada permanente. Também se concorda com Batista (2015) sobre a oferta de formação continuada em nível de especialização na área específica para cegos e pessoas com baixa visão, para que os professores se apropriem do conhecimento específico e possam transformar o processo formativo do deficiente visual em reais espaços de formação de cidadão. Sendo assim, um dos elementos relevantes para tornar o processo de formação do deficiente visual é a formação de professores, porém outros elementos são necessários para endossar o processo formativo

do estudante DV, como trataremos a seguir sobre a acessibilidade na infraestrutura.

1.2 A infraestrutura acessível no contexto da educação inclusiva dos deficientes visuais

Sabemos que a inclusão no ensino regular e na educação especial ainda tem sido um grande desafio para a educação. Segundo Souza (2015), a falta de acessibilidade em algumas instituições de ensino tem sido um dos motivos que levam a evasão escolar dos deficientes em geral, somado à falta de professores capacitados para atuar nesta modalidade de ensino. Para entendermos o conceito de acessibilidade, precisamos verificar o que nos traz a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), Nº 13.146/2015 (BRASIL, 2015), em seu art. 3º, considerando acessibilidade como:

condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público[...].

Neste sentido, acessibilidade é um direito de ir e vir a qualquer ambiente físico, ter acesso a produtos ou informações sem nenhuma barreira, oferecendo a qualquer pessoa segurança, direito e acesso à comunicação e espaços públicos. Na concepção de Souza (2017, p. 43), acessibilidade é a possibilidade que a pessoa tem “[...]de comunicar-se, de compreender e de integrar-se ao espaço urbano, bem como interagir com outros cidadãos, tendo ou não limitações de mobilidade ou de percepção sensorial [...]”.

Deste modo, os espaços públicos, os edifícios e os espaços escolares devem estar acessíveis para que todos possam utilizá-los de forma independente. Desta forma, acessibilidade permite que todos os membros da equipe escolar circulem com conforto, segurança e facilidade.

Segundo Sá et al. (2007), para oferecer acessibilidade, as escolas devem possuir materiais adequados e específicos para cada tipo de pessoa com deficiência, bem como a qualificação para os profissionais atuarem com segurança e saberem lidar com as diferenças

que a educação inclusiva os desafia. De acordo com o Decreto Nº 5.296/04 (BRASIL,2004), que regulamenta as leis de lugares com acessibilidade às pessoas com deficiências e com mobilidade reduzida, no seu Art.8 do Inciso I, para os fins de acessibilidade: “condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação [...]”.

Portanto, a escola como um espaço promotor de práticas de educação inclusiva para o estudante com deficiência visual necessita reconfigurar as práticas educacionais tradicionais, assim como a promoção de formação de professores na área e a oferta de uma infraestrutura acessível para todos os estudantes.

2. METODOLOGIA

Nesta pesquisa, escolhemos somente duas escolas. Vale ressaltar que as escolas tiveram seus nomes preservados e por isso, atribuímos nomes fictícios. A primeira, Escola Municipal Lourenço e a segunda, Escola Municipal Castro Alves.

A escola escolhida se deu por meio de uma pesquisa realizada na SEMED com o intuito de fazer um levantamento sobre o número de deficientes visuais matriculados na rede municipal de ensino. Ao fazer este levantamento, foi notório que apenas uma escola tinha várias pessoas com deficiência, totalizando 24 deficientes, incluindo os visuais. Por este motivo, foi escolhido a Escola Municipal Lourenço. Quanto a segunda escola, Escola municipal Castro Alves, foi identificado na secretária da escola, o registro da matrícula de um estudante com DV no universo de uma turma de 38 alunos.

A pesquisa foi executada no período de julho de 2017 a julho de 2018. Este estudo foi desenvolvido em uma abordagem qualitativa, o que possibilitou a aproximação e uma visão mais clara e compreensível na interpretação da realidade vivenciada no contexto escolar, no que se refere ao processo de inclusão dos

alunos com deficiência visual. O tipo de pesquisa foi de campo, uma vez que se realizou uma observação direta com os sujeitos da pesquisa.

O método que foi adotado para a realização da pesquisa foi o método fenomenológico e hermenêutico, compostos de três momentos de investigação: compreensão, interpretação e nova compreensão (MANSINI, 2008), visando ir além das percepções imediatas para uma compreensão crítica do objeto em questão.

As técnicas de coletas de dados que foram utilizados são três: 1) a observação 2) entrevistas; 3) pesquisa documental. A primeira técnica utilizada na presente pesquisa foi a observação direta de forma descritiva e crítica, especificamente na sala de aula, nos anos iniciais do Ensino Fundamental (3º e 4º) e no ambiente escolar, como foi proposto anteriormente neste projeto, para a obtenção das informações necessárias para alcançar os objetivos propostos.

A segunda técnica aplicada foi a entrevista para esclarecer algumas informações que ficaram ocultas no campo de pesquisa e que somente foram possíveis esclarecer com a entrevista. Os participantes da pesquisa foram três (03) docentes e dois (02) gestores das escolas. Cabe salientar que um dos critérios para a escolha desta população foi a atuação dos sujeitos pesquisados com os estudantes portadores de deficiência visual. Quanto a terceira técnica de coleta das informações, refere-se à análise documental. Esta se deu nos documentos legais como a Política de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva (2008), Decreto 7611/2011, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2010), Plano Municipal de Benjamin Constant (2015), Resoluções do CME referente ao tema e documentos da escola como o censo escolar e o Projeto Político-Pedagógico. Na coleta de dados, foram utilizados os seguintes recursos para os registros das informações: o caderno de campo, câmera fotográfica e gravador, com vista a melhorar a compreensão do objeto em estudo.

3.O PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM DO DEFICIENTE VISUAL EM DUAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE BENJAMIN CONSTANT

Com relação a prática docente observada na escola Lourenço, percebeu-se a presença de uma prática educativa tradicional conservadora. Segundo Alciati (2011, p. 20), é nosso dever superar este sistema de ensino, como nos explica: “Superar o sistema tradicional de ensino de ensinar é um propósito que tem de se efetivar nas salas de aula e para ensinar toda a classe”.

Para que os alunos realmente aprendam, é necessário que os sistemas de ensino sejam libertados do tradicionalismo, adotando uma nova pedagogia de ensino que seja capaz de dialogar, ensinar e que seja capaz de motivar o aluno a aprender. Foi feita uma entrevista com a professora da sala observada, na qual se perguntou: Qual é o seu método de ensino?

É... Hum..., eu acredito que você tenha percebido que seja o tradicional, que é para muitos educadores pensam que o professor ao utilizar o tradicionalismo em sala de aula, ele pode estar prejudicando o processo de ensino e aprendizagem dos alunos, mas na verdade este método contribui para uma formação moral do educando, e lhe digo mais que, apesar deles estarem no quarto ano, quando comecei a trabalhar com eles, não sabiam nem ler! Por isso que defendo o método tradicional mais adequado porque se não fosse eles, não tinham aprendido tão rápido, o que tem mais dificuldade é o aluno que é deficiente visual (Informação Verbal).

Com relação a resposta da professora da Escola Lourenço que foi: “O meu método é o construtivista, pois este método é muito importante no sentido de incluir todos, ao contrário do método tradicional [...]” (Informação Verbal). Neste relato, foi notório perceber que ela tem consciência que o método tradicional não é adequado nesse processo de ensino e aprendizagem dos deficientes visuais. Ao contrário do tradicionalismo, ele possibilita a construção do conhecimento do professore e o aluno passa a aprender de forma emancipatória, mas de acordo com as observações feitas o seu método de ensino utilizado na sala era o tradicional.

Com a observação feita a partir do caderno de campo, sobre a prática educativa do docente da

escola Lourenço, ficou evidente que o docente coloca uma concepção que o aluno não é capaz de aprender, eximindo outras metodologias de ensino como o aguçamento dos sentidos remanescentes e a verbalização por meio de questionamentos orais para que o aluno com deficiência visual potencializasse o raciocínio lógico e organização das ideias.

A resposta supracitada da professora da Escola Castro Alves também chamou a atenção quando ela declara sobre o seu método construtivista e sua importância no processo de ensino e aprendizagem dos alunos. Com relação a resposta da professora da Escola Castro Alves, pode-se aferir que ela tem noção da sua prática na tentativa de incluir todos os alunos em sua aula como pode-se perceber durante as aulas, conforme a descrição a seguir, feita no caderno de campo sobre a atividade da professora:

“Ela pediu para os alunos organizarem um pequeno círculo, em seguida formou, explicou que os alunos tinham que fazer um breve texto sobre a história dos números, foi quando o aluno com DV participou contando uma pequena história [...]”. (CADERNO DE CAMPO, julho de 2018).

Para Toledo (2009), a falta de conhecimento do professor pode ser prejudicial na sua prática pedagógica como foi notório na prática da professora da escola Lourenço, ao excluir das atividades escolares o aluno DV. Por outro lado, a professora da escola Castro Alves desenvolve estratégias inclusivas, olhar o aluno DV não só pelo que falta (visão), mas também pelo que pode provocar e potencializar (oralidade, tato, olfato, cognição etc.) neste aluno. Essas práticas pedagógicas inclusivas é o que torna a dinâmica da sala de aula mais rica e diversa. Dessa forma, concorda-se com o autor ao afirmar que o professor deve procurar conhecer o grau de deficiência do aluno, para assim poder usar o material adequado, considerando que cada um tem sua especificidade e cabe elaborar e produzir materiais educacionais que propiciem um

verdadeiro processo de aprendizagem com resultados significativos.

Cabe ressaltar que o sucesso do ensino e aprendizagem do aluno com deficiência visual, em sua grande maioria, dependerá da qualificação tanto inicial de formação de professores quanto a continuada, em cursos de especialização na área. Sobre o quadro de professores existente na escola municipal Lourenço, foi notório o quantitativo de 36 profissionais. Quanto a formação destes professores, se constatou que, quatorze (14) possuem Licenciatura em Normal Superior, doze (12) em Pedagogia, quatro (4) em Ciências (Biologia e Química), dois (2) em Geografia, dois (2) em Matemática e dois (2) Bacharelados em Antropologia.

Ao se fazer análise da formação dos professores, podemos verificar que dos 36 que atuam na escola “Lourenço”, 20 deles estão ministrando aula para alunos com necessidades especiais educacionais, incluindo deficientes visuais. Desta forma, encontra-se quatro (04) em Licenciatura em Biologia e Química, doze (12) em Licenciatura Plena em Pedagogia, dois (02) em Licenciatura em Matemática, dois (02) em Licenciatura em Geografia, quatorze (14) em Normal Superior e dois (02) em Antropologia.

Com relação a formação inicial dos professores da escola Castro Alves, obtivemos como resultados: dez (10) professores formados em Normal Superior; cinco (05) docentes Licenciados no Curso de Ciências (Biologia e Química); quinze (15) Licenciados em Pedagogia; dois (2) professores com formação na Licenciatura em Matemática; um (01) professor Licenciado em Biologia; um (01) com formação em Licenciatura em Geografia e; três (03) formados em Licenciatura em História.

A escola Castro Alves possui no quadro de professores trinta e sete (37) profissionais. Enfatiza-se que dos 37, apenas 17 tem Pós-graduação em *Latu-Sensu*, sendo que destes professores, três (3) em Educação Infantil, dez (10) em Psicopedagogia, quatro (04) em História e Geografia.

Diferentemente da escola anterior, não encontramos professores especializados em

Educação Especial e/ou Educação Inclusiva, mas em Psicopedagogia, o que pode significar um grande avanço, pois este curso aborda temas sobre a intervenção psicopedagógica com intuito da superação das dificuldades de aprendizagem.

Com relação à formação inicial e continuada, perguntamos aos professores da Escolas Lourenço e Castro Alves sobre qual a importância da formação inicial e continuada? Eles responderam:

Professor Lourenço: *Ela é muito válida, ela abre os diferentes caminhos para atuar com os deficientes, como por exemplo, tive na minha licenciatura uma disciplina de Educação Especial onde conheci mais um pouco sobre transtornos globais, deficiente auditivo, deficiente visual, entre outros. Na minha pós, aperfeiçoei mais (Informação Verbal).*

Professor Castro Alves *Ela é fundamental, tanto na formação inicial quanto a continuada. Reconheço que os professores que têm uma formação continuada são mais inovadores nas suas práticas para atuar com os deficientes visuais (Informação Verbal).*

Quanto as respostas, a que mais chamou a atenção foi a resposta do professor da Escola “Lourenço”, pois foi percebida a importância de conter na matriz curricular dos cursos de formação inicial de professores a disciplina de Educação Especial. Por outro lado, ele reconhece que somente 60 horas oferecidas nesta disciplina, no processo de formação inicial, não é suficiente e que se faz necessário ao poder público ofertar cursos de formação continuada na área de surdos, Transtornos Globais do Desenvolvimento, superdotação/Altas habilidades e deficiência visual aos professores, para que eles possam promover um processo de ensino inclusivo com qualidade.

Logo, a formação continuada é condição essencial para os professores, mas ela não tem um fim em si mesma, visto que para o desenvolvimento de práticas educativas inclusivas faz-se necessário um pensar e repensar da prática pedagógica diária, por isso o professor deve ser um professor pesquisador, munido de técnicas, experiências e saberes adquiridos no processo da formação especializada na área (BATISTA,2015).

Ao perguntar do gestor e da professora da Escola Lourenço se ambos consideram a infraestrutura da escola acessível aos deficientes, eles responderam que não, devido a escola não oferecer suporte técnico, humano e de infraestrutura. A resposta do gestor chamou a atenção, pois o relato dele revela como a infraestrutura da escola se encontra contraditória aos padrões estabelecidos e orientados no documento da Associação Brasileira de Normas técnicas (ABNT). Sendo assim, fica notório que a escola não se encontra no que diz respeito à infraestrutura com acessibilidade.

Com as observações feitas, foi notório que as escolas não estão acessíveis no contexto da educação inclusiva (BRASIL, 2004) e do Decreto 7611/11, uma vez que elas não possuem espaços adequados e acessíveis com infraestrutura e comunicação que permitem a acessibilidade. Portanto, a pesquisa mostrou que, tanto a escola Lourenço quanto a Castro Alves, ainda não oferecem uma infraestrutura com acessibilidade aos estudantes com deficiência física, mobilidade reduzida e/ou deficiente visual, pois não foi detectado rampas, sinalizações em braille, tapete táteis, corrimão, entre outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa nos deu a oportunidade de analisar como está acontecendo o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem, tais como metodologias adotadas pelos professores, sendo possível detectar ainda a existência do sistema tradicional adotada pela professora entrevistada.

Sabe-se que o processo de ensino e aprendizagem dos deficientes visuais (cegos e com baixa visão), não depende apenas de um professor capacitado, mas também de todo um conjunto que envolve uma infraestrutura adequada, formação inicial e continuada, espaços arquitetônicos acessíveis no ambiente escolar, materiais didáticos adaptados específicos atendendo a necessidade de cada educando e sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE). Este conjunto faz com que o processo de ensino e aprendizagem dos

deficientes visuais aconteça de modo com que promova o seu desenvolvimento integral, social e cidadão. Uma vez que a falta destas ferramentas comprometerá o processo de ensino, como foi observado que a inexistência de estrutura poderá limitar o acesso em alguns espaços da escola e comprometerá a realização de algumas atividades propostas pela professora.

Portanto, pode-se aferir que o processo de ensino e aprendizagem dos deficientes visuais ainda sofre com a falta de um suporte de recursos humanos qualificados, infraestrutura com acessibilidade e recursos pedagógicos acessíveis para atender a demanda dos alunos com deficiência visual.

REFERÊNCIAS

ALCIATI, Ângela Cristina. **Alunos deficientes em escolas regulares: inclusão ou exclusão?** Trabalho de Conclusão de Curso apresentada no Curso de especialização em desenvolvimento humano, educação e inclusão escolar. UAB/UNB, no Departamento de Psicologia escolar e desenvolvimento. Programa de Pós-graduação em processo de desenvolvimento humano e saúde. Universidade de Brasília, 2011. Disponível em: dm.unb.br/bitstream/10483/2366/1/2011_AngelaCristinaAlciati.pdf. Acesso em: 04 de maio de 2017.

BATISTA, Claudenilson Pereira. **Política pública de inclusão:** Atendimento de educandos com deficiência visual no município de Manaus/ AM. 2015. Dissertação apresentada ao Programa de Pós -Graduação em Educação -PPGE, da Universidade Federal do Amazonas, 2015.

BRASIL. **Presidência da República. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011.** Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, 2011

_____. Decreto Nº 5.296 de 02 de dezembro de 2004 - Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil/ato20042006/2004/decreto/d529.htm. Acesso em: 20 out. 2017.

_____. **Lei Brasileira de Inclusão Nº 13.146/2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/13146.htm. Acesso em: 06/11/2018.

BRUCE, Christiane da Costa. **A política de educação inclusiva:** a tecnologia assistiva como possibilidade de participação e aprendizagem de alunos com deficiência física na escola. Dissertação apresentada no Programa de Pós Graduação de Educação da Universidade Federal do Amazonas, 2015.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática.** São Paulo: Cortez, 1994.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Inclusão escolar. O que é? Por quê? Como fazer?** Moderna. São Paulo, 2009.

_____. PRIETO, Rosângela Gavioli. **Inclusão escolar. Pontos e contrapontos.** 7ª edição. Summus editorial. 2006.

MASINI, Elcie F. Salzano. **Enfoque fenomenológico em pesquisa em educação.** IN: FAZENDA, Ivani (org). Metodologia da Pesquisa Educacional. 11 Ed. São Paulo: Cortez 2008.

MIRANDA, Therezinha Guimarães e FILHO, Alves Galvão. Org. **O professor e a educação inclusiva. Formação, práticas e lugares.** Salvador. 2012.

NASCIMENTO, Margaret do Rosário. **Dificuldades enfrentadas pelos professores na Educação inclusiva.** Trabalho de Conclusão de Curso apresentada no Curso de especialização em desenvolvimento humano, educação e inclusão escolar. UAB/UNB, no Departamento de Psicologia escolar e desenvolvimento. Programa de Pós-graduação em processo de desenvolvimento humano e saúde. Universidade de Brasília, 2011.. <Disponível em:

repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/13082/TCCE_GE_EaD_2009_NASCIMENTO. Acesso em: 04 de maio de 2017.

PIMENTEL, Susana Couto. Formação de professores para a inclusão: Saberes necessários e percurso formativos. In: MIRANDA, Therezinha Guimarães e FILHO, Alves

Galvão. Org. **O professor e a educação inclusiva. Formação, práticas e lugares.** Salvador. 2012.

SÁ, Elizabeth Dias de. CAMPOS, Izilda Maria. SILVA, Myriam Beatriz Campolina. **Atendimento Educacional Especializado. Deficiência Visual.** MEC, 2007.

SOUZA, Danilo Batista. MATOS, Maria Almerinda de Souza. **Acessibilidade e políticas públicas. Um diálogo sobre deficiência e /ou mobilidade reduzida.** IN: MATOS, Maria Almerinda de Souza. **Educação e política: Enfoque da diversidade, diferenças e deficiência na Amazônia.** Editora Vitória. Manaus/Amazonas, 2015.

SOUZA, Danilo Batista de. **Acessibilidade e inclusão escolar de alunos com deficiência e/ou mobilidade reduzida na escola pública.** Dissertação de mestrado apresentada no Programa de Pós Graduação- PPGE, da Universidade Federal do Amazonas 2017, 128f.

TOLEDO, Elizabet Hamai de. BATISTA, João Martins. **A atuação do professor diante do processo de inclusão.e as contribuições de Vygostky.** IX Congresso Educacional de Educação-EDUCERE. Terceiro Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia. 26 a 29 de outubro de 2009. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2009/3298_1675.pdf. Acesso em: Maio de 2018.

SILVA LMda. **Educação inclusiva e a formação de professores.** 2009. 90 f. Monografia apresentada como pré-requisito para conclusão do Curso de Especialização *Latu Sensu* à distância em Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva, Estado do Mato Grosso - *Campus* Cuiabá - Octayde Jorge da Silva. Cuiabá, 2009. Disponível em: